



COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
Autoridade Portuária

*Carta de
Governança 2019*

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA – 2020
ANO BASE 2019

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com o art. 8º, inciso I, III e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2019.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ:	04.933.552/0001-03
NIRE	15300007089
Sede:	Av. Presidente Vargas, 41 – Bairro: Campina Belém/PA CEP: 66010-000
Tipo de Estatal:	Empresa Pública
Acionista Controlador:	União
Tipo societário:	Sociedade por Ações
Tipo de capital:	Capital Fechado
Abrangência de Atuação:	Local, Regional, Nacional e Internacional
Setor de Atuação:	Administração Portuária
Diretor Administrativo-Financeiro	Mauro Henrique Barreiros dos Santos CPF: 154.379.572-20 TEL: 91 3182-9103
Auditor Independente	AGUIAR E FERES –AUDITORES INDEPENDENTES S/S-EPP Endereço: Rua Visconde de Inhaúma nº 490, Conjunto 801-Ed. Padre Euclides- Ribeirão Preto/SP CEP: 14.010-100 CNPJ: 05.152.318/0001-01 Responsável: Tanagildo Aguiar Feres – CRC/PA: 1SP067138/O-0 Contato: Sr. Tanagildo - (016) 3632-3100
	Forma de Contratação: Pregão Eletrônico
	Período do Contrato: vigente até 12/08/2020

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD	
Luiz Osmar Scarduelli Júnior - Presidente	CPF: 029.435.129-90
Fábio Rogério Dias Teixeira de Almeida Carvalho	CPF: 795.225.561-49
Gerson Batista Pereira	CPF: 895.227.108-49
Cileno Santos Borges	CPF: 393.624.342-53
Roger da Silva Pegas	CPF: 410.106.550-00
Thiago João Nishi	CPF: 313.669.348-57

DIRETORIA EXECUTIVA - DIREXE			
Eduardo Henrique Pinto Bezerra	Diretor Presidente	CPF: 467.119.702-25	A partir de 27/02/2019
Maria Helena Moscoso da Silva	Diretora de Gestão Portuária	CPF: 625.715.088-49	Até 08/05/2020
Jose Alfredo de Albuquerque e Silva	Diretor de Gestão Portuária	CPF: 326.498.600-06	A partir de 28/05/2020
Raimundo Rodrigues do Espírito Santo Junior	Diretor Administrativo-Financeiro	CPF: 259.413.132-68	Até 15/05/2019
Mauro Henrique Barreiros dos Santos	Diretor Administrativo-Financeiro	CPF: 154.379.572-20	A partir de 15/05/2019

Data de divulgação: 09/11/2020

1. POLÍTICAS PÚBLICAS

Com base na Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, foi elaborada a presente Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas da Companhia Docas do Pará.

2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Constituída pelo Decreto n.º 61.300, de 06 setembro de 1967, a Companhia Docas do Pará - CDP possui por objeto a administração dos portos organizados e dos terminais marítimos e fluviais do Estado do Pará. A CDP gerencia os portos organizados de Belém, Santarém e Vila do Conde, além das unidades portuárias de Itaituba, Marabá, Óbidos e Altamira, no Estado do Pará, desempenhando as atividades de exploração, como a regulamentação das operações, a pré-qualificação de operadores, a fixação das tarifas e a fiscalização das operações portuárias.

Como Autoridade Portuária, a CDP também visa assegurar a prestação de serviços portuários, com qualidade, bem como ofertar infraestrutura moderna, eficiente, segura e com responsabilidade

ambiental no Complexo Portuário Paraense, em harmonia com os planos e programas da Secretaria Nacional e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, conforme normatizado na Portaria SEP nº 03/2014.

O mercado potencial de um porto é definido pela sua área de influência em faixa de terra (*hinterland*), de abrangência marítima (*foreland*) e por seu ambiente físico portuário, ou seja, instalações, qualidade de serviços, tarifas praticadas e posição no mercado. Nesse contexto, a CDP dispõe de privilegiada posição geográfica dos portos de Vila do Conde, Santarém e Itaituba em relação aos principais mercados consumidores do mundo, uma vez que fica próximo das principais áreas produtoras, tanto de produtos agrícolas quanto de minerais.

Nesse cenário, a conclusão de importantes projetos de infraestrutura de transporte, há muito conhecidos no cenário nacional, como a BR-163, ligando a região produtora de grãos do centro-oeste aos Portos de Santarém e Itaituba, conhecido como Arco-Norte, que tem como objetivo viabilizar a inversão do sentido de escoamento interno dessa carga, que deixaria de percorrer cerca de

1.500km por via rodoviárias até os portos do sudeste.

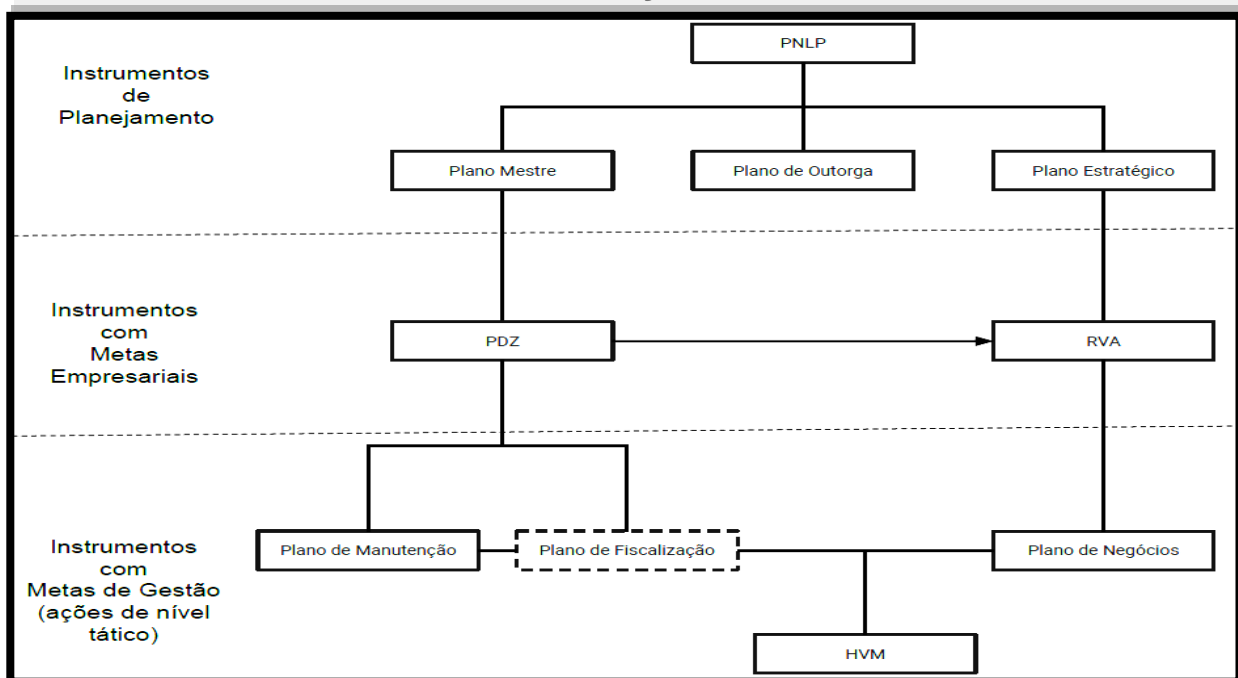
Outro fator importante foi a crescente exportação de manganês pelo Porto de Vila do Conde do Conde, dando vazão à produção mineral do Estado do Pará, o que influencia na economia nacional, reduzindo custos operacionais e o chamado custo Brasil

3. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A CDP no desenvolvimento de suas atividades exerce boas práticas de governança corporativa e transparência, na consecução de políticas públicas, orientadas para o cumprimento de metas estratégicas da CDP alinhadas às

diretrizes do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), sendo desmembradas em metas de curto prazo presentes no Plano de Negócios e Metas de Gestão – HVM, tal interação é ilustrada na figura abaixo.

FIGURA 01 – INTEGRAÇÃO ENTRE METAS



Fonte: SUPROP/CDP¹

¹ **PNLP:** Plano Nacional de Logística Portuária
PDZ: Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário
RVA: Remuneração Variável Anual
HVM: Honorários Variáveis Mensais

PLANO MESTRE: Instrumento de planejamento de Estado voltado aos complexos portuários que abrangem os portos organizados, considerando as perspectivas do planejamento de transportes em nível estratégico, que visa a direcionar ações e investimentos de curto, médio e longo prazos nos portos, na relação porto-cidade e em seus acessos
PLANO DE OUTORGA: Instrumento de planejamento de Estado, aderente às diretrizes do planejamento nacional de transportes, aos Planos Mestres e aos PDZ, com a finalidade de orientar investidores e consolidar projetos de outorga do setor portuário.
PLANO ESTRATÉGICO: Instrumento de planejamento que estabelece a direção a ser seguida pela organização, definindo as estratégias para atingimento dos seus objetivos.

MISSÃO

Assegurar serviços portuários, ofertar infraestrutura moderna, eficiente e segura, gerar divisas com responsabilidade ambiental e buscar a satisfação de seus clientes, no complexo portuário paraense.

VISÃO

Ser reconhecida como autoridade portuária de excelência até 2020 para escoamento da produção do Norte e Centro-Oeste do Brasil através da integração rodo-fluvial.

4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Companhia Docas do Pará custeia suas Políticas Públicas com recursos arrecadados por meio da prestação de Serviços Portuários relacionados com a Infraestrutura Portuária, Instalações de Acostagem, Infraestrutura Operacional ou

Terrestre, Armazenagem, Utilização de Equipamentos e Arrendamentos de áreas Operacionais e Não Operacionais.

A seguir, são apresentadas as principais ações

TABELA 01 – EXECUÇÃO DE POLITICAS PÚBLICAS

Código	Recurso Próprio	Recurso União	Discriminação	Valor contrato	% Exec.
14RC	R\$ 0,00	R\$ 2.374.557,11	Ação: Implantação do Sistema de esgotamento sanitário do Terminal de Miramar OLIVA LTDA CTO 25/2018 Aditivo R\$ 111.027,76 VALOR ATUALIZADO : R\$ 603.867,33	R\$ 603.867,33	99,87%
14RC	R\$ 0,00	R\$ 2.374.557,11	Ação : Contrato de diagnóstico da biota aquática e espécies exóticas na área do porto de Santarém CTO 24/2019 Valor CTO : R\$ 98.000,00	R\$ 98.000,00	0,00%
144H	R\$ 3.000.000,00	R\$ 0,00	Ação : Recuperação das barreiras físicas da área alfandegada do Porto de Vila do Conde 4MX CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CTO. VALOR CTO. : R\$ 784.754,04 Aditivo R\$ 170.495,01 VALOR ATUALIZADO : R\$ 955.249,05 MONÁ CONSULTORIA AMBIENTAL CTO 24/2019 VALOR CTO : R\$ 98.000,00	R\$ 955.249,05	93,53%

144R	R\$ 500.000,00	R\$ 246.258,00	Ação: empresa para implantação de Sistema de Combate a incêndio na área do pátio de contêineres do Porto de Belém - PROCESSO 1524/2017. MDM Proj. e Const.Cto. /2018. R\$ 752,454,00. Valor do contrato alterado conforme PROCESSO 1311/2018 para R\$ 735.499,76	R\$ 735.499,76	99%
144K	R\$ 1.900.000,00	R\$ 0,00	Ação: serviços de recuperação e manutenção do pavimento rígido dos Pieres 300 e 400 do Porto de Vila do Conde STYLUS CONSTRUÇÕES Cto. 41/2019	R\$1.760,308,62	8,48%
11WH	R\$ 0,00	R\$ 11.061.159	Ação: Serviços de pavimentação das vias internas do Porto de Vila do Conde com pavimento rígido e flexível - PROCESSO 1582/2018. ENGETRA Tec. e Const.Cto. /2019. R\$ 5.703.513,05. Aditivo R\$ 1.190.389,31	R\$ 6.893.902,36	56,95%
144V	R\$ 1.500.000,00	R\$ 0,00	Ação: Contratação de empresa para realizar serviços de adequação do sistema de combate a incêndio do Porto de Vila do Conde VERTICAL ENGENHARIA VALOR R\$ 1.245.770,72 T.A. R\$ 218.741,63 TOTAL CTO : 1.464.512,35	R\$ 1.464.512,35	98,89%

Fonte: GEFINS/CDP

5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

5.1 Ação: Implantação do sistema de esgotamento sanitário do Terminal de Miramar – Contratada OLIVA – Contrato nº25/2018 – Este contrato foi executado em sua totalidade. A ação possui sua importância para as instalações das unidades portuária, uma

vez considerada como necessidade básica para a manutenção das atividades do Terminal, garantindo condições seguras para a saúde dos colaboradores e usuários do Terminal e cumprimento de legislações ambientais vigentes. Sua inexecução poderia implicar em multas

para a CDP, por parte dos órgãos reguladores e fiscalizadores;

5.2 Recuperação das barreiras físicas da área alfandegada do Porto de Vila do Conde – Contratada 4MX Construções – Contrato nº08/2018 – Este contrato foi executado em sua totalidade. Possui sua importância para manutenção das áreas alfandegadas do Porto de Vila do Conde de forma segura, cumprindo, desta forma, o plano de segurança da Companhia. Sua inexecução poderia implicar no recebimento de multas dos órgãos reguladores e fiscalizadores;

5.3 Implantação do sistema de combate a incêndio na área do pátio de contêineres do Porto de Belém – Contratada MDM Projetos e Construção – Contrato nº27/2017 - Este contrato foi executado em sua totalidade. Possui sua importância para manutenção das áreas do Porto de Belém a serem assistidas por sistema de combate a incêndio, garantindo a segurança das instalações portuárias e usuários/colaboradores. Sua inexecução poderia implicar no recebimento de multas dos órgãos reguladores e fiscalizadores, além de permitir insegurança para a unidade portuária;

5.4 Serviços de recuperação e manutenção do pavimento rígido dos píeres 300 e 400 do Porto de Vila do Conde – Contratada STYLUS Construções – Contrato nº41/2019 - Este contrato não foi executado em sua totalidade, está em trâmite para aplicação de sanções administrativas. Esta ação possui sua importância vinculada à necessidade de manter as áreas operacionais do Porto de Vila do Conde em boas condições para desenvolvimento das atividades portuárias, de forma a garantir segurança para os operadores e operações portuárias que ocorrem nos píeres. Sua inexecução deixa a Companhia susceptível ao recebimento

de multas dos órgãos reguladores e fiscalizadores;

5.5 Serviços de pavimentação das vias internas do Porto de Vila do Conde com pavimento rígido e flexível – Contratada ENGETRA Construções – Contrato nº14/2019 - Este contrato foi executado em sua totalidade. Esta ação possui sua importância vinculada à necessidade de manter as vias de circulação do Porto em condições seguras de trafegabilidade, garantindo condições básicas para provimento das operações portuárias na unidade. Sua inexecução deixaria a Companhia susceptível ao recebimento de multas dos órgãos reguladores e fiscalizadores, bem como as vias estariam susceptíveis para a ocorrência de acidentes envolvendo veículos automotores que trafegam nas vias do Porto, além de inviabilizar futuros negócios para a Companhia;

5.6 Contratação de empresa para realizar serviços de adequação do sistema de combate a incêndio do Porto de Vila do Conde – Contratada VERTICAL – Contrato nº04/2018 - Este contrato foi executado em sua totalidade. Possui sua importância para manutenção das áreas do Porto de Vila do Conde a serem assistidas por sistema de combate a incêndio, garantindo a segurança das instalações portuárias e usuários/colaboradores. Sua inexecução poderia implicar no recebimento de multas dos órgãos reguladores e fiscalizadores, além de permitir insegurança para a unidade portuária.

5.7 Contratação especializada para realizar o monitoramento ambiental da Biota Aquática - O contrato 24/2019 MONÃ CONSULTORIA com o objetivo de monitoramento ambiental da Biota Aquática, incluindo espécies exóticas invasoras na área de influência do Porto de Santarém é de extrema importância ambiental para o Porto, para a Sociedade e para elaboração de políticas públicas

que envolvem os recursos hídricos que devem por força de legislação prover usos múltiplos. As políticas públicas não podem ser desenvolvidas se os impactos não

estiverem mapeados e monitorados, uma vez que não se poderiam identificar os impactos.

6. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

No que pertine à governança, a CDP executou ações que viabilizaram a instituição do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUDI, que atua auxiliando o CONSAD quanto a qualidade das demonstrações financeiras e controles internos, visando a confiabilidade e integridade das informações.

Entre muitas atividades, o CAUDI atua:

- I. Supervisionando a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros;
- II. Supervisionando a aderência às

normas legais, estatutárias e regulatórias;

III. Supervisionando a adequação dos processos relativos ao gerenciamento de riscos e ao sistema de controles internos;

IV. Supervisionando as atividades dos auditores internos e independentes.

Outra atividade de destaque foi a criação das comissões Permanentes de Sindicâncias e PAD's. Essa medidas foram melhorias implantadas nem maio de 2019 para sanar o acúmulo de processos que estavam sem andamento na Companhia.

7. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de Gerenciamento de Risco Corporativo – GRCorp, vem se solidificando na Companhia. No exercício, houve a revisão de toda a metodologia aplicada ao processo, o que trará mais dinamismo para o processo.

Com efeito, as primeiras ações de implementação efetiva de um GRCorp encontraram muitas resistências interna, contudo, com os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê Estratégico de Risco, que elaborou a Matriz de Risco Padrão de contratações, documento imprescindível para a instrução de processos licitatórios.

Nesse interim, destaca-se a referida

Matriz de Risco Padrão que veio auxiliar aos setores internos da CDP na instrução dos processos de compras e aquisições de bens e serviços, nos termos do Regulamento interno de Licitação e Contratos, conforme previsto na Lei 13.303/2016.

Outrossim, visando manter uma regularidade na apresentação de informações, são encaminhados dois relatórios sobre as atividades que foram desenvolvidas no período, à Diretoria e aos Órgão Colegiados à Diretoria e aos Órgão Colegiados.

8. FATORES DE RISCO

Segundo apontado no Plano de Negócios da Companhia, no exercício de referência foram identificados os seguintes fatores de riscos que influenciaram as atividades.

TABELA 02 – MATRIZ SWOT

ITEM	FOTORES CRÍTICOS DE SUCESSO	FORÇAS MOTRIZES	IMPORTÂNCIA	INCERTEZA
1	Brownfield's	Tendências do setor e mercado	Muito importante	Pouco incerto
2	Greenfield's	Tendências do setor e mercado	Muito importante	Pouco incerto
3	Concorrência com TUP's	Forças Políticas	Importantíssimo	Incerto
4	Modelo de Arrendamento p/ Portos Públicos	Forças Políticas	Importantíssimo	Incerto
5	Localização Estratégica	Tendências do setor e mercado	Muito importante	Pouco incerto
6	Disp. De Infraestrutura Logística em Escala	Forças Políticas	Importantíssimo	Incerto
7	Crescimento da Produção do Arco Norte	Tendências do setor e mercado	Muito importante	Pouco incerto
8	Falta de Política de Cabotagem	Forças Políticas	Importantíssimo	Incerto
9	Desestatização	Forças Políticas	Importantíssimo	Incerto
10	Derrocamento da Hidrovia Araguaí -Tocantins	Forças Políticas	Importantíssimo	Incerto
11	Dependência do Contrato da Hydro	Tendências do setor e mercado	Muito importante	Pouco incerto
12	Gerenciamento Contínuo da Tarifa Portuária	Forças Políticas	Importantíssimo	Incerto

Fonte: DELOITTE/SNPTA

9. REMUNERAÇÃO

A proporção de cada elemento na remuneração total: Para os membros do Conselho de Administração, Fiscal e Comitê de Auditoria, os valores pagos correspondem a 10% da média da remuneração dos Administradores/Membros da Diretoria Estatutária, conforme anexo da Nota Técnica de N.º. 5.796/2019-MP, de 26 de Março de 2019.

As razões que justificam a composição da remuneração: Justifica-se em razão do que estabelece a letra i), inciso VI, artigo 92º do Anexo I do Decreto nº 9.679, de 02 de janeiro de 2019.

Os principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração são a evolução de receita, evolução da movimentação portuária, evolução do resultado operacional, comprometimento da despesa com pessoal em relação à receita operacional, evoluções da movimentação de carga por empregado e situação econômico-financeira.

Seguindo orientação da antiga Secretaria Nacional de Portos - SNP, atual Secretaria Nacional de Portos e transporte Aquaviários SNPTA do Ministério da Infraestrutura, a CDP adota uma política de remuneração de parcela

variável ao seus dirigentes, conforme a seguir:

9.1 Para Participação dos Lucros: o mecanismo é baseado no Programa de Remuneração Variável Anual, contendo indicadores corporativos, avaliação da Diretoria pelo Conselho de Administração e um indicador por Diretoria.

9.2 Para Honorários Variáveis:

9.2.1 estabelecimento, trimestral, de metas pela SNPTA.

9.3 Indicadores de Resultados CDP : A medição dos resultados da Companhia será realizada por meio de 15 (quinze) ICDs – Indicadores Chave de Desempenho e suas respectivas metas, conforme anexos I, II e III deste Programa. O Conselho de Administração – CONSAD e a auditoria interna da Companhia serão expressamente responsáveis por validar o cumprimento das metas e regras.

9.4 Período de Verificação: De 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019

9.5 Contemplação: Diretores da CDP no ano de 2019, considerando a proporcionalidade do tempo trabalhado durante o período de verificação.

9.6 Do Limite da Remuneração Variável Anual (RVA):

Para efeito deste Programa, o limite máximo de pagamento de participação nos resultados a cada Diretor não poderá ultrapassar a 2 (dois) honorários, salvo quando ocorrer pagamento do Bônus, situação em que o pagamento deste será realizado à parte do limite ora estabelecido. Vale ressaltar que, além do limite citado anteriormente, tal pagamento ficará limitado a 8,67% do lucro líquido, se ocorrer, prevalecendo o que for menor. Também ficará limitado à previsão na Planilha de Remuneração dos Administradores e Conselheiros, sendo que o limite está de acordo com o disposto no art. 152 da Lei nº 6.404/76 e as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Na hipótese de substituição de Diretores, o pagamento proporcional da remuneração variável a ambos os diretores não poderá ultrapassar o limite máximo autorizado para o respectivo cargo.

9.7 Da Forma de Pagamento da RVA:

I - O montante correspondente à RVA será pago aos Diretores conforme definido neste programa, observadas as considerações finais deste documento, após a aprovação das contas pela Assembleia Geral e a aprovação pelo Conselho de Administração – CONSAD;

II - Não será permitido o pagamento parcial de RVA para metas com

cumprimento inferior a 80% (oitenta por cento);

III - A RVA dos Diretores está contida no limite global de remuneração, aprovada pelo SEST;

IV - O efetivo pagamento da RVA fica condicionado à disponibilidade financeira da empresa, mantendo inalterado o direito do recebimento e sendo vedada a contratação de empréstimo para o seu pagamento,

V - O pagamento da RVA é condicionado à obtenção de lucros após dedução do prejuízo acumulado, bem como à distribuição de participação nos Lucros e Resultado - PLR;

VI - O montante de remuneração variável anual apurado, para cada Diretor, será pago da seguinte maneira:

- a. 60% no primeiro exercício seguinte ao alcance das metas, após a distribuição dos Dividendos;
- b. 20% no segundo exercício seguinte ao alcance das metas, após a distribuição dos Dividendos;
- c. 10% no terceiro exercício seguinte ao alcance das metas, após a distribuição dos Dividendos; e
- d. 10% no quarto exercício seguinte ao alcance das metas, após a distribuição dos Dividendos.

TABELA 03 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES – DIRETORIA EXECUTIVA

Identificação do Órgão		
Órgão: COMPANHIA DOCAS DO PARA - CDP		
	EXERCÍCIO	
Remuneração dos Administradores	2018	2019
Número de membros	2	4
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)	721.809,21	731.762,74
a) salário ou pró-labore	721.809,21	731.762,74
b) benefícios diretos e indiretos		

c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II - Remuneração variável (e+f+g+h+i)	198.940,91	303.140,34
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reunião		
h) comissões		
i) outros	198.940,91	303.140,34
III - Total da Remuneração (I+II)	920.750,12	1.034.903,08
IV - Benefícios pós-emprego		
V - Benefício motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI - Remuneração baseada em ações		

Fonte: GERHUM/CDP

TABELA 04 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD

Identificação do Órgão		
Órgão: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD		
	EXERCÍCIO	
Remuneração dos Administradores	2018	2019
Número de membros	6	9
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)	183117,26	191.601,45
a) salário ou pró-labore	183.117,26	191.601,45
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II - Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0
a) bônus		
b) participação nos resultados		
c) remuneração por participação em reunião		
d) comissões		
III - Total da Remuneração (I+II)	183117,26	191.601,45
IV - Benefícios pós-emprego		
V - Benefício motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI - Remuneração baseada em ações		

Fonte: GERHUM/CDP

TABELA 05 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL - CONFIS

Identificação do Órgão		
Órgão: CONSELHO FISCAL - CONFIS		
	EXERCÍCIO	
Remuneração dos Administradores	2018	2019
Número de membros	3	5
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)	104928,76	105.995,75

a) salário ou pró-labore	104.928,76	105.995,75
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II - Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0
a) bônus		
b) participação nos resultados		
c) remuneração por participação em reunião		
d) comissões		
III - Total da Remuneração (I+II)	104928,76	105.995,75
IV - Benefícios pós-emprego		
V - Benefício motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI - Remuneração baseada em ações		

Fonte: GERHUM/CDP.

TABELA 05 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Identificação do Órgão		
Órgão: COMITÊ DE AUDITORIA		
	EXERCÍCIO	
	2018	2019
Remuneração dos Administradores		
Número de membros	0	3
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)	0	17.847,36
a) salário ou pró-labore	0,00	17.847,36
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II - Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0
a) bônus		
c) participação nos resultados		
d) remuneração por participação em reunião		
e) comissões		
III - Total da Remuneração (I+II)	0,00	17.847,36
IV - Benefícios pós-emprego		
V - Benefício motivados pela cessação do exercício do cargo		
VI - Remuneração baseada em ações		

Fonte: GERHUM/CDP.

10. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Alinhado com o momento econômico, marcado por um contingenciamento de recursos públicos, que demandou uma série de ações e iniciativas voltadas à otimização dos mesmos, destacam-se as ações financeiras visando redução de despesas e melhorias nos processos de cobranças de valores a receber, ao mesmo passo que revisou suas formas de aferição de receita, contribuindo para a melhoria da saúde financeira desta Companhia, de modo que se apresentam os principais resultados alcançados no exercício de 2019.

A Companhia Docas do Pará – CDP desenvolveu e implementou ações e procedimentos para alavancar seu desempenho operacional no decorrer do ano de 2019, bem como alcançar a sustentabilidade econômico- financeira. Com efeito, as ações de economicidade associadas a uma boa gestão financeira e otimizações na gestão operacional, possibilitaram resultados magníficos, como o resultado positivo de R\$ 29 milhões e EBITDA de 31 milhões.

No quesito movimentação de mercadoria, a CDP passou da casa de 31 milhões de toneladas, o que é um recorde histórico. O Porto de Santarém se destacou no ranking da ANTAQ como o porto com maior crescimento de movimentação se comparado com o exercício anterior, crescimento este que tende a se manter durante o ano de 2020.

No quesito governança, a CDP implantou ferramentas importantes como o Comitê de Auditoria Estatutária – COAUDI, a criação de Comissão Permanente de Sindicância e de PAD e o aperfeiçoamento do Gerenciamento de Riscos Corporativos, implantando uma matriz de risco padrão para os processos de contratação, entre outras ações.

Os desafios são enormes, porém alguns se tornam factíveis de serem superados quando a empresa possui saúde financeira e capacidade de investimentos associados a uma política de governança bem estruturada e alinhada com as boas práticas de gestão.

Registra-se que muitas ações independem da gestão da CDP, estando ligadas as políticas públicas do Governo Federal, principalmente no tocante a implantação de notórios projetos logísticos ferroviários, aquaviários e rodoviários. Do mesmo modo, o programa de arrendamento é de vital importância para a Companhia, visto que dispomos de muitas áreas livres para ampliações e investimentos (*greenfield's*).

11. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Docas do Pará – CDP, declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2019, em conformidade com o inciso V do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30.06.16, no dia 28 de Agosto de 2020, por meio da Ata 510ª R.O do CONSAD.